

6

O Trabalho de Socialização de Meninos de rua Desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor

O capítulo falará sobre os programas, projetos e linhas de ação da República do Pequeno Vendedor no atendimento e na socialização dos meninos de rua, contextualizando o trabalho da República, seus programas, projetos e ações, tentando compreender por que, apesar de existirem outros órgãos e entidades de atendimento aos meninos de rua em Belém, a República se tornou popular, conhecida e com maior inserção na sociedade Belenense.

6.1

O Processo de Socialização na República do Pequeno Vendedor

Como dissemos no capítulo anterior, a realidade de um grande número de crianças e adolescente destituído do convívio da família e da sociedade, vivendo perambulando pelas ruas de Belém, umas, como vendedores ambulantes, outras, totalmente abandonadas e esquecidas, fez com que um grupo de jovens da Escola Salesiana do Trabalho, tendo à frente o padre Bruno Secchi, preocupado com a situação problemática dessas crianças e adolescentes, iniciassem um trabalho de ronda, nas ruas de Belém, com o objetivo de identificar as crianças e adolescentes que ali se encontravam.

Buscaram fazer uma cooperativa do grupo de crianças e adolescentes contactados pelo grupo de jovens envolvidos no trabalho, no intuito de aproximarem-se ainda mais deste segmento, que exercia algumas atividades nas ruas. Criou-se o Restaurante do Pequeno Vendedor, no Ver-o-Peso, onde havia maior concentração de crianças e adolescentes. O trabalho desenvolvido no Restaurante foi inicialmente oferecer alimentação e organização de suas atividades através de cooperativas. Assim, começa o trabalho de socialização dos meninos na República.

Primeiramente, os educadores da República saem a rua, detectam os meninos nos locais de trabalho e/ ou de convivência, aproximam-se, apresentam-se, conversam, brincam e, posteriormente, apresentam a República para os meninos e convidam os mesmos à participarem das atividades recreativas e de lazer oferecidas pela RPV. Num primeiro momento, dado a desconfiança dos

meninos de rua, os educadores não são bem aceitos, mas, posteriormente, “como num namoro pedagógico” (PAULO FREIRE, 1986:14) as relações entre educadores e meninos começam a se aprofundar e a aproximação acontece.

Conquistado os meninos, o próximo passo é fazer com que eles conheçam um dos espaços de apoio da República do Pequeno Vendedor no Jurunas e/ou no Bengui. Nestes espaços, estruturados para receber essas crianças, se encontram educadores sociais, técnicos (psicólogos, assistentes sociais, advogados, pedagogos, médicos) que passam a acompanhá-los, conforme as necessidades que apresentam.

Uma das primeiras atividades técnicas, após o contato com os meninos, é identificar sua família, trabalho que cabe ao assistente sócia e que, posteriormente, vai visitá-la para conhecer o ambiente de moradia dos meninos, ou o porquê de eles terem saído do ambiente de casa para rua. O trabalho com as famílias dos meninos se constitui o principal elemento da possibilidade da saída da criança da rua.

A segunda etapa da socialização dos meninos na República é engajá-los em uma das atividades profissionalizantes e de lazer que acontecem diariamente. Esse é o primeiro passo socializador que objetiva tirar o menino da rua. Posteriormente, após sua formação profissional através dos cursos profissionalizantes, os meninos são inseridos no mercado de trabalho, com seus direitos garantidos. Para efetivação desse segundo momento na vida dos meninos, a República do Pequeno Vendedor veio a dispor de convênios com a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Centrais Elétricas do Pará, SEBRAE, INFRAERO e outros órgãos públicos como prestadores de serviço. “*Eu comecei como off boy na caixa econômica federal, estudei, entrei na universidade, me formei em economista, prestei concurso público e hoje sou gerente na Caixa Econômica federa*” (J.P.S –depoimento extraído do relatório de 2004 de resultados na PRPV).

Como vimos acima, o processo socializador do menino de rua na República do Pequeno Vendedor teve, e tem até hoje, como eixo central a valorização do menino, seu resgate da rua, o trabalho com sua família, sua profissionalização e sua inserção no mundo trabalho, “o que faz todo esse processo acontecer com sucesso é o movimento ter um carisma e uma mística que

atrai as pessoas a quererem ajudar em suas ações” (Padre Bruno Secch / Fundador da RPV).

6.2

A educação informal como eixo da socialização dos meninos de rua na República do Pequeno Vendedor

Sabemos que a educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. Ela é um direito de todo ser humano, como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática. É um direito de cidadania, sempre proclamado como prioridade, mas nem sempre cumprido e garantido na prática, principalmente, quando nos referimos a meninos de rua. Para esse segmento, o direito à educação tem sido negado, restando apenas a atenção dada pela educação informal oferecida pelas entidades e movimentos sociais que atendem essas crianças.

Usualmente, define-se a educação informal por uma ausência de sistematização, em comparação com a educação oferecida pela escola, tomando a educação formal como único paradigma, como se a educação formal escolar também não pudesse aceitar a não-formalidade.

A educação informal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação informal não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

São múltiplos os espaços da educação informal. Além das próprias escolas, onde também pode ser oferecida educação informal, temos as organizações não-governamentais, as igrejas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, os sindicatos, os movimentos sociais e as comunidades.

O tempo da aprendizagem na educação informal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada sujeito que dela participa. Daí ela estar ligada fortemente a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e à participação em atividades grupais.

Segundo Gohn (1999), a educação informal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes

diferenciados. Por isso, ela também é muitas vezes associada à educação popular e à educação comunitária.

A educação informal é uma educação popular e emancipadora, intensamente democrática, por isso tem mostrado inúmeros exemplos de solidariedade, de vida dedicada à ética e à educação política. Ela designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos e a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor.

Gohn (2003) diz que a educação informal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços de ações coletivas cotidianas. Nela, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, os colegas, a igreja, os meios de comunicação de massa, as associações, os sindicatos, grupo político e os movimentos sociais.

A educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade: da localidade, da idade, do sexo, religião e da etnia. *“A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o movimento que participa, o local onde se nasceu são locais onde acontece educação informal”*c. (GOHN, 1999: 2)

Brandão (1986) diz que a educação informal ocorre em ambientes e situações interativas construídas coletivamente. Usualmente, a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação informal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Ela opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados.

O objetivo da educação informal é, pois, a socialização dos indivíduos, o desenvolvimento de hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se

expressar, segundo valores e crenças do grupo que frequenta. Sua finalidade é abrir “janelas” de conhecimentos sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais, a construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalecendo o exercício da cidadania, a transmissão de informação, a formação política e sociocultural. *“Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo e ao individualismo” (BRANDÃO, 1988, 23)*

Seus principais atributos são ensinar os conhecimentos não organizados e não sistematizados que são repassados a partir das práticas e experiências anteriores. Usualmente é o passado orientando o presente. Ela atua no campo das emoções e sentimentos. É um processo permanente e não organizado, mas que busca a construção da identidade coletiva do grupo para colaborar no desenvolvimento da auto-estima e do empoderamento. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública.

Na educação informal, os resultados não são esperados, eles simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente. A educação informal, ainda segundo Gohn (1999), poderá desenvolver, como resultado, uma série de processos, tais como:

- consciência e organização de como agir em grupos coletivos;
- construção e reconstrução de concepção de mundo e sobre o mundo;
- contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade;
- formação do indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacitação para entrar no mercado de trabalho);
- resgata, quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes, o sentimento de valorização de si próprio (a auto-estima), ou seja, dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de auto-valorização, de rejeição aos preconceitos que lhes são dirigidos e o desejo de lutarem para serem reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças;
- possibilidade dos indivíduos adquirirem conhecimento de sua própria prática, aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca e;
- construção da identidade coletiva de um grupo.

Observa-se que a educação informal vem das práticas geradas pela sociedade civil que alteram a relação Estado-Sociedade ao longo do tempo e constroem novas formas políticas de agir, especialmente diante da esfera pública não estatal.

Por tudo que consideramos acima, entendemos, portanto, a educação informal como aquela voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres, que buscam sempre:

- Educação para cidadania;
- Educação para justiça social;
- Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.);
- Educação para liberdade;
- Educação para igualdade;
- Educação para democracia;
- Educação contra discriminação;
- Educação para a manifestação das diferenças culturais.

6.3

Os Projetos e Programas desenvolvidos pela República do Pequeno Vendedor e suas linhas de ação

O Pará passa, hoje, por um contexto de grandes contradições que demonstram o Estado com um projeto de desenvolvimento com pouca atenção as violações dos direitos humanos. Com a vinda de família do interior para a cidade de Belém, mais de 50% das populações passa por grave impacto nos centros urbanos sem garantias de uma sobrevivência digna, principalmente, pela falta de trabalho e moradia (ANUÁRIO BELÉM, 2009: 23).

Ao mesmo tempo em que milhões de reais são investidos em obras de infra-estrutura, ainda é insuficiente a melhoria nas políticas públicas básica de direitos de crianças e adolescentes. Segundo o Relatório sobre a Violação do Direito à Vida, divulgado em julho de 2009 pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a previsão é de que, de 2006 a 2012, aproximadamente 13 jovens morrerão por dia no Brasil. Os índices de analfabetismo divulgados em setembro de 2009 pelo IBGE/PNAD¹,

¹ Cf-Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios /2008/ IBGE

mostram que enquanto na região sul, em 2008, foi detectado um índice de analfabetismo de 5%, nas regiões norte/ nordeste esse mesmo índice salta para 17,7% da população, sendo que 5,3% são crianças na faixa etária de 10 a 14 anos. Isso aponta que a desigualdade social, o acesso a direitos e a justa distribuição de renda ainda é um dos grandes problemas a afetar a população brasileira.

Apesar deste grave contexto social, há cortes feitos no orçamento do Estado em investimento de políticas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Por exemplo, se pode citar o corte feito em recursos para o enfrentamento do trabalho infantil, o quase esquecimento dos conselhos dos direitos de crianças que vivem hoje uma situação de penúria na luta para funcionar em condições mínimas. Há também a desmobilização de programas construídos pela sociedade com grande legitimidade e que deixaram de existir por falta de recursos e compreensão de sua importância como prioridade de garantia de direitos.

É neste contexto de embate e luta por uma vida digna, que está inserida as intervenções do Movimento República do Pequeno Vendedor, que concretiza sua missão na defesa e garantia de direitos para crianças e adolescentes através do Centro de Defesa – Cedeca/Emaús, República do Pequeno Vendedor, Cidade de Emaús e Campanha de Emaús

São linhas de ação do Movimento: educação informal, formação profissional, proteção jurídica e promoção social. Essas linhas de ação são desenvolvidas através dos projetos e ações executados pela República do Pequeno Vendedor, como apresentaremos abaixo: Conquistando a vida, Mercado formal de trabalho, Oficina de capoeira, Terapia com família, Fazer o outro bonito, projeto medicina popular/alternativa e cursos profissionalizantes.

Atualmente, a RPV concretiza sua proposta de trabalho na forma de projetos e ações articulados entre si, criados a partir do surgimento de necessidades decorrentes da amplitude de seu desenvolvimento enquanto movimento da sociedade civil. Para tanto, reuni os grupos das diversas atividades que formam projetos e programas que veremos abaixo:

No período de 2007 a 2009, a articulação entre as várias entidades de atendimento as crianças de rua de Belém, resolveu, após o incentivo da República do Pequeno Vendedor, criar o Programa “Conquistando a Vida” proposta de atuação conjunta da sociedade civil, governo municipal e estadual, para propor

soluções a problemática dos meninos e meninas de rua, porém, mesmo o programa atingindo os objetivos e resultados desejados, ele foi abandonado no início de 2009, inicialmente pelo governo municipal e, logo em seguida, pelo governo estadual, poucos meses depois pela iniciativa privada (CDL – clube dos diretores lojistas de Belém – e (FIEPA – Federações das indústria do Pará), baseado na justificativa de falta de recursos para continuidade do programa. Após o fim do programa, o poder público passou a oferecer projetos pontuais e isolados que não se apresentam como um programa articulado e efetivo que concretize ações eficazes de superação da problemáticas das crianças e adolescentes de rua em Belém.

Com base nesta realidade é que a República do Pequeno Vendedor continuou e vem desenvolvendo seus projetos, no sentido de contribuir para formação cidadã de crianças e adolescentes dos dois bairros periféricos de Belém: Benguí e Jurunas.

São três os principais projetos educativos desenvolvidos: ARTE EDUCAÇÃO, ARTE DE VIVER e PROFISSIONALIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO que, por sua vez, estão vinculados a projetos maiores..²

- **Projeto Arte Educação**

É o projeto principal da República do Pequeno Vendedor, já que é através dele que os educadores de rua desenvolvem as atividades com as crianças e adolescentes de rua, ele é o elo de entrada dos meninos de rua as demais atividades da República. É o trabalho de rua desenvolvido pelo educador a partir da arte. Dentro deste grande Programa podemos encontrar diversos projetos:

- **Projeto educar na rua**

Este projeto assiste crianças e adolescentes nos dois pólos de atendimento da República do Pequeno Vendedor:. Porém, sua atuação abrange outros bairros, tais como: Batista Campos, Condor, Cremação, Tapanã e áreas próximas. Em

² Podemos encontrar também outros projetos sendo executados pelas expressões do Movimento de Emaús: **CEDECA/ EMAÚS – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente**: Projeto de enfrentamento à violência Institucional, Programa de Proteção as Crianças e adolescentes ameaçados de morte, Programa de enfrentamento à Exploração do Trabalho Infantil Doméstico e Programa de enfrentamento à violência e Exploração sexual e Tráfico de seres humanos; pela **Cidade de Emaús**: programa de Profissionalização e Trabalho; **Campanha de Emaús**: Programa Grande coleta. Cada um destes programas e projetos, objetivos específicos, conforme a área de atuação de cada expressão.

cada área, ou Pólo de atuação, existe um espaço de referência, onde são desenvolvidas as atividades com as crianças e adolescentes.

O trabalho neste projeto começa inicialmente com a abordagem de rua que objetiva identificar as crianças e adolescentes nas ruas, mapeando o local onde elas se encontram e posteriormente a mobilização dos mesmos para se engajarem nos vários projetos e atividades oferecidas pela RPV. Esse projeto tem o apoio financeiro do PROCON e da Secretária de Desenvolvimento Social do Estado Pará, que possibilita com o repasse de recursos a contratação dos profissionais que atuam no projeto. Os arte-educadores e os educadores sociais percorrem 13 áreas de concentração de crianças e adolescentes, dentro da área de abrangência dos dois pólos de atendimento, tais; bairros do Jurunas, Condor, Batista Campos e Cremação.

Após o contato inicial, as crianças e adolescentes vão chegando às atividades; e agrupando-se nos projetos/ oficinas de interesse. Com isso, os arte-educadores concentram-se nas atividades de recepção, entrosamento com o público e apresentação das propostas de trabalho em cada projeto/oficina – dando início às mesmas.

O objetivo do projeto é criar condições para a saída de crianças e adolescentes das situações de risco nas ruas; através da inserção em atividades Sócio-educativas e da Educação Profissional; bem como através do Trabalho com as Famílias; no Fomento à Geração de Renda e Formação Social para Cidadania. O público atingido por esse projeto são crianças e adolescentes em situação de rua, particularmente no trabalho e exploração sexual; e em situações de vulnerabilidade social na comunidade, além de oportunizar as famílias formação profissional, fomento à geração de renda e formação social para cidadania. A partir deste projeto, os meninos são encaminhados para os demais projetos/atividades desenvolvidos: Artes Plásticas, Capoeira, Percussão, Teatro e Musicalização. Todos eles acontecem em parceria com instituições públicas que os financiam. No período de agosto de 2009 a março de 2010, período em que estivemos observando as atividades da República, foram atendidos nos vários projetos do ARTE EDUCAÇÃO, 248 crianças e adolescentes, nos dois pólos de atendimento

• Projeto Artes plásticas:

No projeto arte plásticas são desenvolvidas as habilidades naturais das crianças e adolescentes, tais como, Coordenação motora; Reprodução de desenhos (objetos e formas); Pintura com giz de cera e guache; Expressões e personagens; Criação de bonecos de papel; Perspectivas de cubo; Estudo de movimento; Memorização; Recortes; Pintura por contraste; Importância dos desenhos nas Profissões; História em quadrinhos; entre outros. Um das marcas deste projeto são as atividade de Criação livre; Pesquisa de produtos; Exercícios em casa (desenhar produtos de sua cozinha); Criação de personagens com marcas conhecidas (como roupas e acessórios); Vivendo Linguagem Artística (teatro e desenho); Criação de produto imaginário; Conversas, Jogos e Brincadeiras; Execução de desenhos coletivos; Construção de jogos e mitos da Amazônia. Ensina-se a construção de cenários de espetáculos teatrais, Construção de painéis, confecções de cartazes, entre outras atividades. Esses produtos realizados pelas crianças, são mostrados em exposições.

• Projeto Capoeira

O projeto capoeira é o mais atrativo para os meninos. Nele são trabalhados, além do corpo, respeito pelo outro, a noção de espaço, a história da capoeira; Instrumentos; Movimentos na capoeira; Cantigas; formação da Roda; Cultura Paraense (Xote, Ciriá, Carimbó); Costumes e hábitos saudáveis. São trabalhados também temas como Drogas, Violência; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Meio Ambiente; Juventude e Consumo de droga; Direito do Consumidor; Musicalidade; Mostra e toques de instrumentos; Exercício de movimentos; Comportamento e disciplina; Importância da capoeira na vida do praticante; Capoeira de Angola; Regional; e Maculelê; Batizado de Capoeira e suas graduações

As aulas acontecem em local aberto e suas apresentações se dão semanalmente nas praças de Belém, nas escolas do bairro para divulgação do trabalho desenvolvido com os meninos à população em geral, além das apresentações em eventos e Mostra Cultural.

• Projeto Percussão

Este projeto tem como finalidade a formação musical percussionista dos meninos de rua que procuram a República. Nele, os meninos aprendem a história da percussão, Instrumentos: Teoria e Prática; Estudos sobre música e ritmos; Operação de instrumentos em conjunto; Técnicas de baquetas e dependência motora; Técnicas de rudimentos de baqueta para caixa; Xote e o Cabula Afro Brasileiro; Estudo e exercícios de Rítmica; Técnicas de rudimentos de toque duplo (PARADIDÓ); Técnicas de toques de Congas e Tubadoras. Também analisam temas como: ECA; Meio Ambiente; Juventude e drogas; etc.. Entre os objetivos do projeto está a integração dos meninos com músicos profissionais, composição de músicas instrumental, apresentação musical em eventos e intercâmbio com outras escolas de música para estágio dos meninos.

• Projeto Teatro

Projeto teatro procura formar atores em conjunto com a escola de teatro da Universidade Federal do Pará. Os professores do projeto são da UFPA que se dispõem a trabalhar com os meninos. Nas aulas, que acontecem duas vezes por semana, são ensinados: História do teatro; Estratégias de raciocínio lógico com jogos dinâmicos; Construção de cenas e personagens; Relaxamento e aquecimento corporal; Construção de bonecos de garrafa Peti; Manipulação de bonecos e Expressão corporal, Leitura de textos; Dicção; Percepção; Expressão de sentimentos em desenhos; Preparação de performances. Esse projeto faz apresentações em eventos e mostras culturais, além da montagem de espetáculos como: monólogos (construção de personagens; ensaios individuais, preparação de atores); espetáculo de Natal e temas Formativos como: Meio Ambiente; Sexualidade; DST/ Drogas; Direitos Humanos e do Consumido.

No período em que passamos no movimento, constatamos a construção das seguintes peças teatrais, com 14 meninos/atores em cena: “O Menino seu Avô e a Árvore da vida” (José Bertoline), “O Besouro da Morte” ; “ Leônidas da Silva” (Paula Marcondes e Lenira Buscato), “ Dom Casmurro” (Machado de Assis); “Hary Potter” ; “Cinco Minutos” (José de Alencar), “O Poço da Roda” (Afonso Felix); “A Moreninha” (Joaquim Manoel de Macedo), “Um Sonho Dentro de Mim”; “Metade” (Osvaldo Montenegro), “Poema Mais ou Menos de

Amor” (Fernando Veríssimo); “O Cortiço” (Aluísio de Azevedo), “Amor de Perdição” (Camilo Castelo Branco); “Helena” (Machado de Assis)

A atividade desenvolve nas crianças e adolescentes, habilidades como a prática de leitura; memorização de texto; desenvoltura da dicção e postura de palco, entre outras. É um projeto que permite às crianças e aos adolescentes revelarem seus talentos de artista

- **Projeto Musicalização**

O projeto musicalização trabalha com oficinas de Flauta, Canto Coral, Viola e Violino em parceria com a Escola de Música da UFPA e a Fundação Carlos Gomes. Seu objetivo é a formação de músicos e instrumentistas. Nele são trabalhados os conteúdos, tais como: Trabalho com reciclagem para a confecção de instrumentos musicais; como acessórios de Percussão; Educação auditiva (solfejo); Canto coral; Conjunto de flautas; Música de roda; Escala diatônica; Métrica – aplicada com prática de acessórios de percussão reciclável; Flauta doce; Músicas em geral e Figuras musicais: Tercinas, Colcheias, Semicolcheias; Legado; Contratempo e A prática aplicada no conjunto de flauta doce; entre outros.

- **Projeto de trabalho com famílias**

O projeto Trabalho com Famílias tem como objetivo o acompanhamento das famílias dos meninos atendidos pela República, com visitas domiciliares, formação de grupo e profissionalização das famílias. As famílias são acompanhadas pelos técnicos da república: Assistente Social e psicólogo. No período em que acompanhamos o trabalho, foram realizadas em torno de **57** visitas domiciliares, envolvendo os Assistentes Sociais, o Psicólogo (enquanto este compunha a equipe nos Pólos) e os Educadores, dos projetos Educação A partir da Rua e Arte de Viver.

A equipe técnica desenvolve atividades formativas, trabalhando temas e questões como: Dinâmica Familiar na Modernidade; Violência intra e extra familiar; Direito do Consumidor; Oficinas para a melhoria da auto-estima; do sentimento de pertencimento ao grupo; Relações interpessoais e grupais; Conhecimento da Rede de Serviços Públicos para a busca por soluções de problemas pessoais ou familiares; Estimulo á autonomia e empoderamento de

seus papéis como mulheres, mães e como empreendedoras no campo da geração de renda.

Este programa mantém parceria com outros programas públicos, tais como: PROPAZ, CRAS, PROJovem, FUNPAPA, SEBRAE entre outros, para o aperfeiçoamento profissional na área de : embelezamento/ estética e bijóias das famílias dos meninos atendidos.

A República vem realizando esta estratégia, na perspectiva de criar condições concretas de geração de renda às famílias; que proporcione a saída ou a sustentação da saída das crianças e adolescentes das situações de risco nas ruas; oferecendo capacitação profissional em áreas que possam dar retorno mais imediato a partir de habilidades ou práticas, que, principalmente as mulheres, como chefes de família, já desenvolvem, como: costura, artesanato, culinária, entre outras. Assim, agregam valores e técnicas ao que já possuem; e são apresentadas a outras propostas de qualificação, que ampliem suas perspectivas de profissionalização.

Esta iniciativa tem como objetivo fortalecimento do trabalho com as famílias que, desde a década de 1980, por entender que investir nas famílias estará investindo no menino de rua, isso conta com a parceria da PETROBRAS. Primeiramente realizam-se cursos de capacitação profissional em várias áreas; visando a constituição de grupos de produção, posteriormente são realizados cursos de aperfeiçoamento para o fortalecimento dos grupos já constituídos.

• **Projeto Mercado de Trabalho**

O projeto Mercado de Trabalho é uma atividade de profissionalização dos meninos, desenvolvido dentro do Centro de Formação Profissional, criado pela República do Pequeno Vendedor, com o objetivo de oportunizar aos adolescentes e jovens formação profissional, visando a inserção no mercado de trabalho através de parcerias com a iniciativa pública e privada. O projeto tem como objetivo possibilitar a vivência da cidadania, o resgate da auto-estima, a auto-crítica e sociabilidade, constituindo-se em um grande diferenciador do processo educativo dos meninos atendidos, conscientizando-os de seu papel na sociedade. Tem como público, adolescentes e jovens na faixa etária de 15 a 21 anos. Os cursos oferecidos dentro do programa são: informática, pedreiro, pintor predial,

eletricista predial, manutenção de áudio e vídeo, administração básica e serviços bancários, além do programa adolescente-aprendiz, em convênio com o ministério do trabalho, no qual os adolescentes são encaminhados para trabalhar na Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, INFRAERO e órgãos públicos estadual. Boa parte dos cursos ofertados são em parceria com o SESI e SENAI.

- **Curso de acessórios regionais**

O curso tem como objetivo, promover a qualificação profissional e a valorização da auto-estima das crianças e adolescentes atendidas, possibilitando condições de inserção no mercado de trabalho. O grupo produz: anéis, cordões, pulseiras, brincos, colares. É um curso que acontece dentro do projeto mercado de trabalho e tem como financiadores o FOME ZERO e PETROBRÁS. Ele recebe crianças vindo diretamente dos demais programas, principalmente do Arte de viver e do Arte educação.

- **Curso produção de costura industrial**

O curso tem como objetivo, promover a qualificação profissional e a valorização da auto-estima das famílias das crianças e adolescentes atendidos, possibilitando condições de inserção no mercado de trabalho. O projeto oferece serviços uniformes escolares, bolsas, roupas, reparos. Os recursos vêm do FOME ZERO e da PETOBRAS. Os instrutores realizam reuniões sistemáticas com os grupos, com a finalidade de fortalecer os mesmos como empreendedores; trabalhando questões como: a gestão de negócios (aspectos administrativos e operacionais); organização no trabalho; busca de informação e participação em eventos externos para divulgação e comercialização dos produtos; articulação e intercâmbio com outros grupos e redes de empreendedores, entre outros. A chegada dos meninos e meninas na república para participar deste curso se dá do trabalho desenvolvido na rua pelos educadores através do Arte de Viver e do Arte Educação. Constatmos pela observação e pelo que nos foi dito que os resultados do curso são muito positivos, já que contribuem para formação profissional na área da geração de renda, através da comercialização dos produtos produzidos

A atividade tem um forte cunho formativo; de intercâmbio e troca de experiências, pois reúne representantes dos grupos de produção das 04 entidades, e também: do Fórum de Empreendedores; da Associação de Artesãos da Praça da

República e de Icoaraci; do Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB) e representante da Rede de Economia Solidária que contribuíram com suas experiências e conhecimentos.. Houve um evento que, segundo informações colhidas por nós, teve a presença de mais de 200 pessoas, e reuniu em torno de 20 grupos de empreendedores nas áreas de Costura e Customização; Produtos com Papel Reciclado; Embelezamento e Estética; Panificação; Artesanato; Pintura em Camisas; Biojóias, entre outros. Possibilitou aos participantes novas aprendizagens sobre o Empreendedorismo e Economia Solidária; o conhecimento das redes e articulações existentes; despertando “novos horizontes” e perspectivas; como o interesse pela legalização de seus grupos.

- **Projeto de produção e Embelezamento**

O projeto de produção e embelezamento tem como objetivo, promover a qualificação profissional e a valorização da auto estima das famílias das crianças e adolescentes atendidas, possibilitando condições de inserção no mercado de trabalho. O projeto oferece serviços de corte, cauterização, hidratação, penteado, relaxamento, maquiagem, coloração, escova. Os recursos vêm do FOME ZERO e da PETROBRÁS.

- **Projeto Arte de Semear a paz**

O projeto tem como objetivo promover a articulação das crianças e adolescentes e suas famílias, como sujeitos na promoção de seus direitos. Tem como linha de ação a abordagem de rua, a socialização através da arte educação e através do projeto arte de viver. Atividade de tetro, cultura popular, capoeira, musicalização, pintura, percussão. O público alvo são crianças e adolescentes entre e 17 anos e suas famílias. É mais um projeto financiado pelo programa FOME ZERO do governo federal e pela PETROBRAS.

- **Programa Arte de Viver**

O arte de viver é um programa desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor que iniciou suas atividades desde 1993 com um grupo de meninas moradoras de rua que a partir da reciclagem de bonecas e brinquedos de pelúcia puderam ter a dignidade resgatada. Refazer brinquedos e bonecos destruídos pelo

tempo e pela falta de cuidado, foi o recurso didático utilizado para trabalhar questões vivenciadas no dia-a-dia por essas meninas.

Este trabalho tem caráter lúdico e é a porta de entrada das meninas no na RPV e permite que seja discutido com elas, questões como racismo, trabalho infantil, exploração sexual, prostituição, violência doméstica e questão de gênero. É um programa financiado por instituições internacionais: Terre des Homme (Suíça) MISSERIOR (Alemanha). Ele é de abrangência Regional, pois atende meninas dos sete Estados da Região Norte. Seu público alvo são crianças 12 a 17 anos prostituídas e violentadas sexualmente, seja na família ou na rua.

6.4 Outras atividades desenvolvidas

Alem dos projetos e programas apresentados, outras atividades são desenvolvidas pela República do Pequeno Vendedor conjuntamente com Centro de Defesa da Criança e Adolescente- CEDECA/EMAÚS, quais sejam:

- **Programa de enfrentamento a violência Institucional.**

O programa tem como objetivo desenvolver ações articuladas no enfrentamento da violência estrutural provocada por ações ou omissões do Estado que causam violações nos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Para execução do programa são desenvolvidas diversas ações, tais como;

- Monitoramento da Implementação do SINASE, verificando o respeito aos direitos humanos de adolescentes internados;
- Ações de Responsabilização do Estado e de defesa dos adolescentes que sofrerem violação de seus direitos no sistema carcerário, nos centros de internação ou em situações de fragilização em sua capacidade de Defesa;
- Articulação com a Defensoria Pública e comissões de direitos humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) , da Câmara de vereadores e da Câmara Federal como estratégia para garantir um suporte jurídico para as ações do projeto;

• **Proteção a Crianças e adolescentes ameaçados de morte**

Com o grave contexto de violações do direito à vida de adolescentes no Estado do Pará, o Movimento República de Emaús passou a atuar na proteção de meninos e meninas vítimas de ameaças de morte no Estado do Pará, como uma estratégia de intervenção junto a políticas públicas para defesa da proteção do direito de viver com dignidade. É uma ação que o vem desenvolvendo em parceria com o governo Federal e o governo do Estado, porém com autonomia de gestão.

No ano de 2009, período em que estivemos mais presente na coleta de dados para nossa pesquisa, descobrimos nos arquivos do CEDECA- EMAÚS, um relatório o qual constava que das 70 pessoas protegidas pelo Estado, 24 eram crianças e adolescentes que estavam sendo acompanhadas pela República, fato que acaba colocando em risco a vidas dos técnicos e educadores que fazem o devido acompanhamento, das crianças e adolescente e de seus familiares.

• **Programa de enfrentamento a violência e Exploração sexual e Tráfico de seres humanos - PROJETO JEPIARA**

Como a violência sexual contra crianças e adolescentes cresceu assustadoramente nos últimos anos³, segundo o anuário de violência contra crianças da Delegacia de Atendimento a Crianças e a ao Adolescente, no Estado do Pará entre os anos de 2008/2009, foram registrados, somente na região metropolitana de Belém, 500 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes (ANUÁRIO DE REGISTRO - DATA 2009). Dada esta situação gritante de violência contra a criança, este programa visa enfrentar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de crianças e adolescentes.

O caso mais comum e divulgado no Brasil todo, de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Pará, foi o da adolescente presa em uma cela com 20 homens na delegacia no município de Abaetetuba Por 20 dias. Outro caso foi das adolescentes vendidas em cidades da região da Ilha do Marajó (Breves, Anajás, Curralinha, Chaves) pelas próprias mães para serem prostitutas. Em alguns casos, as meninas eram trocadas por grade de cerveja. O garimpo do Coiu-

³ Conforme os dados do PROPAZ (2009), Programa do governo do Estado, foram registrados **3.558 casos de violência sexual em todo Estado do Pará no período de novembro de 2004 até 2008, sendo que deste total, 3.057 foram de meninas e 501 casos foram de meninos.** Ainda de acordo com esta fonte, no Marajó há grande incidência de casos, na maioria em situação de abuso intra-familiar

Coiu, prostíbulo só com crianças entre 7 e 14 anos foi fechado pela polícia e seus donos presos após denúncia do Movimento República de Emaús. Vale, portanto, dizer que nos casos de Abaetetuba e da Ilha do Marajó foi o movimento que acionou a polícia e a justiça e acompanhou até o resultado final.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Pará de 2009, para apurar a violência contra as crianças no Estado pediram assessoria ao movimento sobre os casos que investigavam.

A República tem assessorado programas de enfrentamento sexual contra as crianças em outros estados, Amapá, Goiás, Tocantins, Ceará e São Paulo, além dos municípios do interior do Estado do Pará, tais como, Redenção e Marabá que foram citados pela referida CPI enquanto vias de acesso a países como Suriname, Espanha e Holanda, que são indicadas como rotas do tráfico interno e externo de pessoas.

O Projeto Jepiara tenta fortalecer as parcerias com instituições que atuam direta ou indiretamente para o fim ou minimização dos danos causados. Para isso, promove uma constante articulação com diversos atores da sociedade Civil e do Poder Público, no objetivo de assegurar o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes e garantir orçamentos para estimular ações de intervenção governamental na capacidade de permitir uma vida digna para as crianças e adolescentes.

A República assume hoje uma forte liderança no debate sobre a violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Estado do Pará, ganhando grande credibilidade das organizações e conseguindo intervenções do poder público na apuração dos fatos. A comissão de direitos humanos da OAB (Ordem dos advogados do Pará) e O Núcleo da Defensoria Pública de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fundamentar suas ações tem solicitado informações à República do Pequeno Vendedor, principalmente quando se trata da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em todos os aspectos, inclusive, quando se trata da violência institucional da infância no tema das medidas sócio educativas.